

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER: Luiz Fries
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES: Carlos Fonce de Leon e Jádith Brito
CONSELHO EDITORIAL: Fernando Diamante, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pessio Arão, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Frías e Sérgio Dávila (presidente)
DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Fátu
DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonazac (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Política da indústria

Riscos como crédito ineficiente, pressão sobre o BC e favorecimento não serão sanados com patriotada

Para fazer jus ao nome, o plano Novo Indústria Brasil (NIB), lançado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deveria ser precedido por uma avaliação transparente e fundamentada dos impactos e resultados de iniciativas anteriores do tipo — em especial na gestão da corregedoria Dilma Rousseff, que terminou em colapso econômico.

Sem isso, não há como saber a que administração petista atribui o fracasso da década passada nem como pretende evitar os erros desta vez. Se tanto, Brasília incute ambições mais modestas. Como de hábitos nessas ocasiões, providenciou-se um número sonoro para embalar um conjunto intrínseco de ações e metas. Prometem-se R\$ 125 bilhões em crédito favorecido até 2026, a maior parte a cargo do BNDES.

Os alvos misturam pautas do momento, como transformação digital e transição energética, a velhas obsessões dos assim chamados desenvolvimentistas, como a ampliação da produção nacional em saúde e defesa. A isso se somam infraestrutura urbana e agroindústria. É cedo para saber se o NIB ficará mais restrito ao terreno da propaganda, combatendo as restrições orçamentárias atuais, ou se o governo repetirá a tentativa de estimular a indústria e o PIB com recursos do Estado. Textos e discursos, até aqui, não são promissores. O material de divulgação repetia

a cantilena da soberania e da preferência para o conteúdo local, enquanto Lula tratou o protecionismo comercial como uma espécie de inevitabilidade. Já o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, ex-chefe da Casa Civil de Dilma, cuidou de atacar inimigos imaginários como o Estado mínimo.

Políticas de incentivo à indústria nacional ganharam impulso no país a partir dos anos 1990, ampliando-se até a derrocada dos 1980. Em seu auge, geraram crescimento e diversificação da economia, mas também inflação elevada, concentração de renda, privilégios tributários intermináveis e empresas dependentes da proteção global.

No contexto de hoje, o crédito subsidiado não só implica custos para o Tesouro como tende a elevar os juros para os setores não favorecidos, ao reduzir a eficiência da taxa do Banco Central. O desviado impacto sobre investimentos, ademais, mostra-se incerto.

Acrescente-se aí o incentivo à multiplicação de lobbies privados sobre legisladores e gestores públicos — quando a política industrial se torna a política da indústria. Tais vicissitudes, ainda mais no caso de uma reforma tributária que, se bem conduzida, pode dar alento duradouro ao setor produtivo.

Avanço civilizatório

Presente em ao menos 25 países, uso de câmera corporal nas polícias precisa ser ampliado no Brasil

Políticas públicas devem ser baseadas em evidências, sejam domésticas ou de experiências de terceiros. Nesse sentido, o Brasil pode aprender com ao menos 25 países, conforme reportagem da Folha, a respeito do uso de câmeras corporais nas polícias.

Não que o dispositivo seja panaceia para o problemático setor da segurança pública. Contudo a prática internacional evidencia que se trata de avanço civilizatório ao qual têm recorrido as nações desenvolvidas, como EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Austrália e outras.

E não por acaso. Especialistas afirmam que a transparência oferecida pelas câmeras acarreta benefícios sob diversos enfoques.

Dolado policial, as imagens ajudam aqueles que, embora tenham agido corretamente, veem-se alvo de acusações injustas; do lado dos cidadãos, elas os protegem de ações autoritárias e truculentas.

Verdade que estudos internacionais têm mostrado resultados ambíguos desse tipo de iniciativa. Isso se deve, porém, menos a direitos do equipamento do que a falhas na sua regulamentação.

De resto, o nível de violência com o qual convivem os países mais desenvolvidos é, quando muito, um sonho distante para os brasileiros.

Sustentando, sem maior evidência, que os policiais prejudicam o trabalho em campo, preferem dar as costas a uma iniciativa que beneficia tanto a população civil quanto a segurança.

Espera-se que o conhecimento e o interesse público prevaleçam sobre o corporativismo das polícias, com ou sem o estímulo de uma lei a ser proposta pelo governo federal.



Duro de matar

Hélio Schwartsman

O excepcionalismo dos EUA é real. Trata-se da única nação desenvolvida do Ocidente que aplica a pena de morte. Os outros três países ricos que o fazem, Japão, Taiwan e Singapura, ficam todos no Oriente.

Os EUA, porém, está com um problema. A opinião pública ocidental, sobretudo nos círculos de elite, se tornou contrária à sentença capital. Por uma questão de marketing, até os laboratórios que fabricam as drogas usadas na injeção letal se recusam a vendê-las para a administração penitenciária. Sem condições de aplicar o protocolo de execução aprovado pela FDA (Food and Drug Administration), estados buscam métodos alternativos. Alguns voltaram a autorizar os pelotões de fuzilamento; os Alabamas deve testar nesta semana a hipótese por nitrogênio.

Não vejo muita lógica na pena de morte. Qualquer que seja a sanção aplicada ao autor de um crime (nos EUA, ela usada quase que só em homicídios), já é tarde para suas vítimas. A retribuição plena não é mais possível. Como se imagina que o poder público seja melhor do que um criminoso, inexistem motivos convincentes para incorrer no mesmo grau de violência que perpetrados. As funções subsidiárias da pena, que são impedir o condenado de voltar a delinquir (prevenção específica) e desencorajar outras pessoas de imitá-lo (prevenção geral), podem ser alcançadas com sanções menos extremas.

Os defensores da pena de morte, porém, insistem em que ela tem forte impacto dissuasivo. A literatura não mostra esse efeito de forma inequívoca, mas, admitamos, para efeitos de argumentação, que ele seja real. Neste caso, os EUA a aplicam de forma errada, pois escondem as execuções, que nem sequer são abertas ao público, o que reduz seu valor como exemplo. Se é para apostar na dissuasão, aí teriam de fazer como o Irã, onde as execuções ocorrem em praça pública, do alto de guilhotinas. O problema aí é que já se incorre na espetacularização da barbárie. A contradição é inafastável.

helschwartz.com.br

Anabolizante nacional

Bruno Boghossian

Apesar de conhecer as contradições, Lula aplicou um anabolizante nacional nas eleições municipais. O presidente definiu a disputa pela Prefeitura de São Paulo como "uma confrontação direta" entre ele e Jair Bolsonaro. Na sequência, estendeu a lógica para o restante do país.

"A disputa é entre um governo que coloca o povo em primeiro lugar, para tentar resolver os problemas de le e o governo das fake news", disse o petista à rádio Metrópole.

Nenhuma política desafia a taxa máxima de que, na hora de votar para prefeito, o eleitor está mais preocupado com burocras nas ruas do que com embates partidários. Mas Lula parece enxergar a nacionalização como uma oportunidade.

Os últimos ciclos eleitorais drenaram a força do PT nas principais cidades do país. O partido elegeu o prefeito de capitais em 2004 e nenhum em 2022. Um dos efeitos colaterais foi uma perda de protagonismo que fez com que a sigla chegasse a este ano com poucos candidatos competitivos nessas praças.

Bandido bom é bandido na cadeia

Mariliz Pereira Jorge

No dia 14 de março, o assassino da vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes completa seis anos. Seis anos sem que seja eludido. Como o acordo de delação premiada do ex-policial militar Ronnie Lessa, acusado das mortes, a expectativa é de que o mandante do crime seja condenado e tenhamos uma resposta para a pergunta repetida ao infinito: quem mandou matar Marielle?

Quando digo "pode" é porque, em se tratando de Rio de Janeiro e de Brasil, qualquer coisa é possível sobre um crime que já teve mil reviravoltas, foi politizado, como tudo que acontece no país, e representa um caso exemplar de manipulação política para a segurança pública.

A morte de Marielle não é "especial", como tripula a classe bolsonarista, despida de empatia e de sinapses neurais, mas emblemática por ter transformado em estatística maior cidade do país, que virou símbolo político-institucional. Apenas em cada 3 homicídios ocorri-

Os defensores da pena de morte, porém, insistem em que ela tem forte impacto dissuasivo. A literatura não mostra esse efeito de forma inequívoca, mas, admitamos, para efeitos de argumentação, que ele seja real. Neste caso, os EUA a aplicam de forma errada, pois escondem as execuções, que nem sequer são abertas ao público, o que reduz seu valor como exemplo. Se é para apostar na dissuasão, aí teriam de fazer como o Irã, onde as execuções ocorrem em praça pública, do alto de guilhotinas. O problema aí é que já se incorre na espetacularização da barbárie. A contradição é inafastável.

helschwartz.com.br

A esperança de Javier Milei

Deirdre McCloskey

Economista, a professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, Chicago, discute as questões

Você deveria ouvir o incrível discurso que Javier Milei fez recentemente no Fórum Econômico Mundial em Davos, a reunião anual dos grandes e bons em um recanto nevado da Suíça, onde nossos senhores discutem o que vão fazer conosco a seguir.

O novo presidente da Argentina declarou que eles deveriam parar de fazer isso. Desregulamentar. Fechar o banco central. Parar de "proteger" um grupo de pessoas às custas de outro grupo. É um liberalismo que salvará os argentinos deles mesmos, caso assim o permitam. Resem pela Argentina. E pelo Brasil.

O discurso está em espanhol no YouTube. Como uma idiota monótona — isto é, uma "gringa" —, eu tive de escutá-lo em inglês. Espero que haja alguma tradução para o português. Mas, cuidado. Você pode ouvir alguns pequenos trechos dele em inglês filtrados através dos preconceitos de, por exemplo, do jornal britânico de esquerda The Guardian, em que o presidente Milei e suas propostas são descritos como "conservadores". Procure o discurso completo e julgue por si mesmo.

Javier Milei afirma o que eu venho afirmando, e o que tem sido dito por liberais como o incrível Fórum da Liberdade em Porto Alegre (RS) e pelas diversas filiais dos Estudantes pela Liberdade em todo o Brasil. É simples: deixem as pessoas terem igualdade de permissão. Tirem os obstáculos do caminho.

Entretanto, muitas coisas são simples. O socialismo é simples: tire de Pedro para dar a Paulo, e chame isso de "justiça social". O fascismo é simples: a mesma fórmula.

Mas o liberalismo apresenta uma vantagem única em relação a esses dois lunatismos modernos, que é ser tão evidentemente, do ponto de vista histórico e econômico.

Como relata Milei, o liberalismo enriqueceu o mundo e nos fez adultos. Nós devemos querer ser adultos, e não as eternas crianças ou escravos sob as outras filosofias políticas.

O entendimento de Milei da economia e da política é muito bom. Em especial, porque ele compreende que a discussão entre economistas sobre as "imperfeições" nos mercados trata-se, na maior parte, de contos de fadas sem base científica. Nenhuma.

Mas ninguém é perfeito. Milei acredita que o "capitalismo" é novo. Na verdade, ele começou ainda nas cavernas. O que é novo é o liberalismo, e isso é uma inovação entre os anjos, com precedentes encontrados em Salamanca, na Espanha.

Ele acha que foram as "economias de escala" que nos tornaram ricos, em vez da inovação inspirada pela igualdade de permissão do liberalismo. Mas isso é incrível e insustentável. Apesar de Luiz Roberto M. Gonçalves

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves